



RESOLUÇÃO

Prosseguir a Luta! Repor, Defender e Conquistar Direitos!

O STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins promove, entre os dias 23 de Março e 6 de Abril, cinco Plenários Inter-regionais de Activistas Sindicais, num momento de novo ciclo político para o País e de expectativa de recuperação de salários e direitos roubados ao longo dos últimos anos.

Neste momento de particular importância para os trabalhadores e activistas sindicais, não esqueçamos que vivemos hoje as consequências do aprofundamento das linhas e orientações neoliberais traçadas ao longo da última década, com vista ao esvaziamento da Administração Pública, à privatização de Serviços Públicos e à destruição das Funções Sociais do Estado, naquele que foi o maior ataque desde o 25 de Abril aos direitos dos trabalhadores e à Constituição da República Portuguesa.

O actual momento político que vivemos, fruto da luta e da rejeição nas eleições legislativas de Outubro das políticas de saque e destruição, é mais propício à defesa dos direitos conquistados ao longo de anos de luta mas também à reposição e conquista de novas e melhores condições, exigindo um esforço do movimento sindical, dada a gravidade dos ataques que sofreram os trabalhadores da Administração Pública em geral e da Administração Local em particular.

Estes objectivos, não temos dúvidas em afirmar, só poderão ser alcançados com o reforço da organização, da luta dos trabalhadores e da sua estrutura sindical, para que sejam criadas as condições para uma efectiva mudança de políticas laborais e reversão do ciclo de perdas dos últimos anos.

Para este reforço da organização e da luta, hoje como sempre, a presença efectiva nos locais de trabalho é a pedra basilar do trabalho sindical, sem a qual não será possível alcançar os objectivos dos trabalhadores, quer estes se tratem das reivindicações locais e específicas quer se tratem das grandes questões nacionais que se colocam aos trabalhadores da Administração Local. Só com um sindicato forte, representativo dos interesses e aspirações dos trabalhadores, e um sindicalismo de classe, interventivo e dinâmico, suportado por uma força verdadeiramente agregadora e organizada em torno da defesa dos direitos colectivos, será

possível corresponder aos anseios de valorização profissional e social dos trabalhadores que representa.

A luta deve e vai continuar!

Apesar de valorizarmos um conjunto de medidas já aprovadas pela maioria de deputados na Assembleia da República, nomeadamente, a reposição dos quatro feriados roubados, o aumento do salário mínimo nacional para os 530 euros (embora claramente aquém do valor que propomos e defendemos), o fim dos cortes salariais, em 2016, aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado, a eliminação da sobretaxa do IRS em 2017 e a aplicação das 35 horas para todos os trabalhadores da Administração Pública, medidas que reverteram um conjunto de políticas de exploração e destruição de direitos dos trabalhadores praticadas na última década e em especial, nos últimos 4 anos de Governo PSD/CDS-PP. Só a luta poderá levar mais além as justas expectativas dos trabalhadores.

Apenas para citar o caso mais flagrante, as perdas salariais sofridas pelos trabalhadores nos últimos anos traduzem-se numa desvalorização salarial que atingiu, nalguns casos quase 30%, quer pela não actualização dos salários, quer pelo congelamento das carreiras, quer ainda pelo aumento dos descontos sociais obrigatórios, pelo corte nos salários, pelo agravamento da tributação sobre os rendimentos do trabalho, pela tabela de IRS e sobretaxa, quer ainda pela taxa de inflação que inclui o aumento de todos os bens de primeira necessidade.

Foi a luta dos trabalhadores que conseguiu impedir o objectivo do anterior Governo de aumentar o período normal de trabalho para as 40 horas e forçou o Tribunal Constitucional a proibir a intervenção do Governo nos processos de contratação colectiva na Administração Local. O objectivo final ainda não foi atingido: a revogação da malfadada lei das 40 horas e fixação a título definitivo das 35 horas como período normal de trabalho semanal.

O ataque aos serviços públicos e, no âmbito da Administração Local, particularmente dirigido contra os serviços de água, saneamento e resíduos, não pode deixar de ser revertido, apesar das últimas movimentações do Governo, adquirindo parte ou a totalidade do capital social detido pelas autarquias em empresas do grupo «Águas de Portugal», ou as declarações do Ministro do Ambiente que revela conivência com o processo ilegal de venda da EGF à Mota-Engil, deixando de imediato cair com estrondo uma promessa eleitoral do Governo – a reversão da privatização no sector dos resíduos. A unidade dos trabalhadores nos locais de trabalho é essencial, pela consagração do carácter municipal destes serviços, salvaguardando os postos de trabalho e a própria autonomia do Poder Local Democrático.

Estas e muitas outras razões são motivo para hoje como ontem, continuar a ser essencial a luta dos trabalhadores para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Os tempos que teremos pela frente serão por isso muito exigentes e continuarão a reclamar o melhor de nós em defesa dos direitos, do poder local democrático e dos serviços públicos.

A Carta Reivindicativa dos trabalhadores da Administração Local, aprovada na Conferência Sindical realizada em Junho de 2015, definiu os eixos e propostas da acção reivindicativa pelos quais nos continuaremos a bater junto do poder político, das autarquias, dos empregadores públicos e privados, em todos os locais de trabalho, **tendo como objectivos a valorização e dignificação dos trabalhadores, a defesa do poder local democrático e de serviços públicos de qualidade para todos.**

É neste quadro que os activistas sindicais do STAL, reunidos em plenário, decidem, continuar a luta, a partir de cada local de trabalho exigindo prioritariamente e no imediato, no plano dos salários e das condições de trabalho:

- O aumento dos salários;
- O descongelamento das progressões nas carreiras;
- Valorização e recuperação das carreiras e conteúdos profissionais anteriores à entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, exigindo a revogação deste diploma;
- A actualização do subsídio de refeição;
- A redução dos descontos para a ADSE, fixando-os em 1,5% sobre o período de 12 meses, alargada a todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do tipo de vínculo;
- A regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco;
- O fim dos bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Pública, Central, Local e Regional;
- A reposição das condições gerais para a aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade;
- A revogação da “requalificação” dos trabalhadores da Administração Pública, bem como de qualquer outro tipo de mecanismo que se destine a permitir ou facilitar o despedimento dos trabalhadores da Administração Pública;
- A integração imediata das situações de precariedade, através da integração nos quadros de pessoal dos trabalhadores que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes, seja a que título for: Contratos a Termo, Programas Ocupacionais, Contratos Emprego-Inserção, Estágios ou falsos Recibos Verdes;
- A aplicação imediata das 35 horas de trabalho semanal para todos;

- A revogação da Lei de Trabalho em Funções Públicas;
- A reposição dos dias de férias roubados;
- A reposição dos valores do trabalho extraordinário;
- A revogação do SIADAP e a exigência de um novo modelo de avaliação de desempenho.

O STAL reafirma a sua determinação na luta pela construção e concretização de políticas que respondam verdadeiramente aos problemas dos trabalhadores e das populações e por isso exorta e apela a todos os trabalhadores para que se mobilizem e lutem pela construção de uma sociedade de progresso, justiça e solidariedade, por um Portugal com futuro.

Marinha Grande, 23 de Março de 2016